

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE FITOTECNIA E ZOOTECNIA
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

MARCOS PORTELA BRASILEIRO

**PERFIL AMBIENTAL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENGENHARIA
FLORESTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

MARCOS PORTELA BRASILEIRO

**PERFIL AMBIENTAL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENGENHARIA
FLORESTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB / Campus Vitória da Conquista - BA, para obtenção do título de Bacharel em Engenharia Florestal.

Orientador: Prof^a M. Sc. Daíse Bernardino

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2014

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE ZOOTECNIA E FITOTECNIA
CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL**

Campus Vitória da Conquista – BA

DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO

Título: Perfil Ambiental dos Acadêmicos do Curso de Engenharia Florestal da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Autor: Marcos Portela Brasileiro

Aprovado como parte das exigências para obtenção do título de BACHAREL
EM ENGENHARIA FLORESTAL, pela Banca Examinadora:

Prof^a M. Sc. Daíse Cardoso de Souza Bernardino - UESB
Presidente

Prof^a Danusia Valeria Porto da Cunha Fernandes - UESB

Prof^o M. Sc. Dilson Sousa Rocha Júnior - FTC

Data da realização: 12/12/2014

UESB – Campus Vitória da Conquista, Estrada do Bem Querer , Km 04
Telefone: (77)3424-8600
Telefax: (77)3424-1059 CEP: 45083-900
E-mail: ccfloretsal@uesb.br

“O sucesso nasce do querer, da determinação e persistência em se chegar a um objetivo. Mesmo não atingindo o alvo, quem busca e vence obstáculos, no mínimo fará coisas admiráveis.”

(José de Alencar)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força todos os dias da minha vida, conduzindo cada passo no caminho do bem e, acima de tudo, servindo de amparo nos momentos difíceis.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que proporcionaram todo suporte para esta realização.

A minha orientadora Daíse Bernardino, por sua dedicação e direcionamento na realização desde trabalho, sempre com boa vontade e disposição.

Aos alunos do curso de Engenharia Florestal que dedicaram alguns minutos respondendo o questionário, base dos meus estudos.

Aos meus pais, José e Ademilde, por toda dedicação e amor recebido.

A minha família em geral, por sempre se fazer presente e compartilhar bons momentos juntos.

Aos meus amigos que sempre estiveram presentes, principalmente nos momentos de alívio do estresse diário, em rodas de conversas, resenhas e descontração.

Por fim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

A formatação do presente trabalho segue as normas textuais da
Revista Ambiente e Sociedade.

RESUMO

A percepção ambiental se dá pelo processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, através de mecanismos perceptivos e principalmente cognitivos, na construção do valor da paisagem. O presente estudo objetivou identificar o perfil ambiental de ingressantes e concluintes do curso de Engenharia Florestal na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para o estudo qualitativo foi aplicado um questionário composto por sessenta perguntas objetivas e subjetivas sobre a temática ambiental, social e conhecimentos específicos. A amostra de 114 possíveis entrevistados 69% respondeu ao questionário. Os resultados obtidos demonstraram que o conhecimento a respeito das questões ambientais existe por parte dos acadêmicos e há incremento destes conhecimentos nas respostas dos concluintes. Deste modo, infere-se que o curso contribui com embasamento teórico e proporciona acréscimo nos conhecimentos dos estudantes.

Palavras-chave: Percepção ambiental; meio ambiente; perfil ambiental.

ABSTRACT

The environmental perception takes place through the mental process of the individual's interaction with the environment, through mainly perceptual and cognitive mechanisms, in building the value of the landscape. The present study aims to identify the environmental profile of freshmen and seniors Forestry Engineering course at Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. For the qualitative study was applied a questionnaire composed of sixty objective and subjective questions about the environmental, social and thematic expertise. The sample of 114 potential respondents 69% responded to the questionnaire. The results obtained show that the knowledge about environmental issues exist on the part of academics and increment of such knowledge in the responses of seniors. Thus, infers that the course contributes to theoretical basis and provides increase in students ' knowledge.

Keywords: Environmental perception; environment; environmental profile.

RESUMEN

La percepción ambiental se da por el proceso mental de interacción del individuo con el medio ambiente, a través de mecanismos perceptivos y principalmente cognitivos, en la construcción del valor del paisaje. El presente estudio objetiva identificar el perfil ambiental de ingressantes y concluyentes del curso de Ingeniería Forestal en la Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Para el estudio cualitativo fue aplicado un cuestionario compuesto por sesenta preguntas objetivas y subjetivas sobre la temática ambiental, social y conocimientos específicos. La muestra de 114 posibles entrevistados un 69% respondió al cuestionario. Los resultados obtenidos demuestran que el conocimiento acerca de las cuestiones ambientales existe por parte de los académicos y hay incremento de estos conocimientos en las respuestas de los concluyentes. De este modo, se infiere que el curso contribuye con embasamiento teórico y proporciona aumento en los conocimientos de los estudiantes.

Palabras clave: Percepción ambiental; medio ambiente; perfil ambiental.

PERFIL AMBIENTAL DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE ENGENHARIA FLORESTAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

INTRODUÇÃO

A compreensão das inter-relações entre o homem e o ambiente tem sido relevante para o cenário econômico e social no decorrer dos anos, por meio de uma visão da percepção ambiental. Sendo que o entendimento da percepção ambiental se dá pelo processo mental de interação do indivíduo com o meio ambiente, como também por mecanismos perceptivos propriamente ditos e principalmente cognitivos, e na construção do valor da paisagem para cada indivíduo (RIO; OLIVEIRA, 1999).

Pesquisas são desenvolvidas com este tema partindo da ideia que cada pessoa, grupo social e sociedade tenham uma forma diferente de ver e sentir o ambiente que os rodeiam, como também, manter relações no seu espaço natural. No entanto, para que se tenha o conhecimento dessas relações entre homem e ambiente é necessário definir novas ações e projetos de visão econômica, ambiental ou social para determinada localidade, sendo necessário compreender como a sociedade utiliza os recursos naturais e os transformam de acordo com sua necessidade (PINHEIRO et al., 2011).

Similarmente, adquirir e repassar o conhecimento relacionado às questões ambientais em um curso de Engenharia Florestal é de suma importância quando visa utilizar os recursos naturais de forma sustentável e economicamente viável. Desta forma, é imprescindível que no decorrer do curso seja despertando o interesse pelos cuidados com a natureza através dos educadores e com parcerias de instituições ambientais, visando à conscientização dos mesmos, frente aos problemas ambientais.

Assim sendo, desenvolver pesquisas que estimulem, analisem e que promovam a compreensão da Percepção Ambiental, são cruciais para que se tenha uma gestão equilibrada dos recursos naturais, dos lugares e paisagens de relevância para a humanidade (cruciais para que se tenha uma gestão

equilibrada dos recursos naturais, dos lugares e paisagens de relevância para a humanidade).

Este trabalho irá contribuir para o conhecimento dos discentes do curso de Engenharia Florestal sobre a realidade referente às questões ambientais identificadas na pesquisa, almejando ações internas na instituição no preparo adequado dos profissionais que serão integrados no futuro mercado de trabalho, e ainda, corroborar no amadurecimento dos discentes no decorrer do curso.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi identificar o perfil ambiental de alunos ingressantes e concluintes do curso de Engenharia Florestal da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, e observar se ocorre um acréscimo dos conhecimentos voltados às questões ambientais, sugerindo assim, a formulação ou reformulação dos projetos pedagógicos ajustados às necessidades ambientais e sociais observadas, fundamentais à formação profissional.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* Vitória da Conquista. A pesquisa foi direcionada aos alunos do curso de Engenharia Florestal, tendo sido empregado um questionário sobre a percepção ambiental e social destes alunos.

O questionário era composto por sessenta perguntas objetivas e subjetivas (Anexo) adaptadas pelo modelo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos em Percepção Ambiental (ANJOS, 2008).

As coletas dos dados foram realizadas em sala de aula nos meses de junho e julho de 2013 e 2014, respectivamente, sendo aplicado o questionário com as turmas do 1º e 7º semestre. Os dados foram avaliados qualitativamente, de um total de 114 possíveis entrevistados 69% responderam ao questionário. Além disto, os participantes foram esclarecidos previamente sobre os objetivos da pesquisa e utilização das informações

fornecidas para a elaboração deste trabalho, mantendo-se sigilo em sua identificação e respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No questionário aplicado aos alunos ingressantes e concluintes, as questões foram agrupadas em conformidade com seu conteúdo, facilitando assim a análise dos dados. Sendo dividido em três tópicos.

PERFIL BÁSICO DOS ENTREVISTADOS

O levantamento do perfil dos entrevistados foi feito com pessoas de idade entre 17 e 36 anos, sendo que 49,4% do sexo masculino e 50,6% do sexo feminino do total de 79 entrevistados. Em relação ao estado civil, o número de solteiros sobressai com 96%, casados 3% e outros 1% (Figura 1).

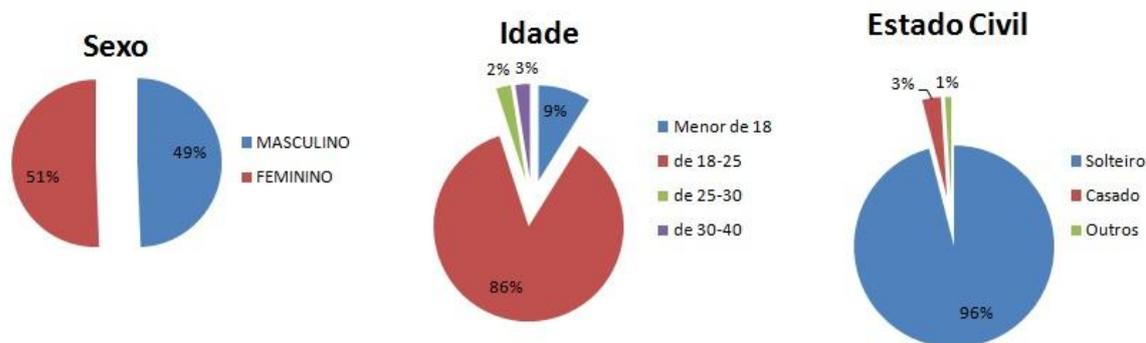


Figura 1 – Percentual dos entrevistados referente ao sexo, idade e estado civil.

Dentro deste questionário, foram relevadas questões sobre moradia, motivação na escolha do curso, filhos e emprego. Sobre a moradia, verificou-se que a maioria (76 alunos – 96,2%) reside em Vitória da Conquista e o restante (3 alunos – 3,8%) em cidades vizinhas como Brumado, Candido Sales e Poções.

As respostas destes para escolha do curso foram diversificadas, 76% dos alunos responderam se identificar com área e/ou afinidade, 6% visam o

mercado de trabalho, 3% mencionaram falta de opção, 2% curiosidade e 8% não responderam.

Além disso, foram levantados questionamentos sobre filhos e emprego, sendo que, 94% dos acadêmicos responderam não possuir filhos e 90% se encontram desempregados.

PERFIL SÓCIOAMBIENTAL

Ao iniciar a vida estudantil, a abordagem sobre assuntos ligados à temática ambiental apresenta diferenças marcantes entre ingressantes e concluintes, no desenvolvimento do trabalho pode-se observar que 17% dos ingressantes e 40% dos concluintes, frequentemente trataram do assunto (Figura 2).



Figura 2 – Percentual dos entrevistados referente à abordagem de assuntos ligados a temática ambiental quando iniciou a vida estudantil.

Quando questionados sobre a participação em eventos voltados especificamente para as questões do meio ambiente, nota-se que a maior interação com eventos desta relevância são realizados entre os concluintes (Figura 3). Entretanto, quando questionados sobre a formação profissional (atual ou futura), todos os entrevistados consideraram que informações sobre meio ambiente são importantes.

De modo similar Canabrava et al., (2007) em seu levantamento sobre a percepção ambiental de alunos de graduação ingressantes e concluintes,

também revelou que 28% dos concluintes estão mais engajados em questões ambientais.

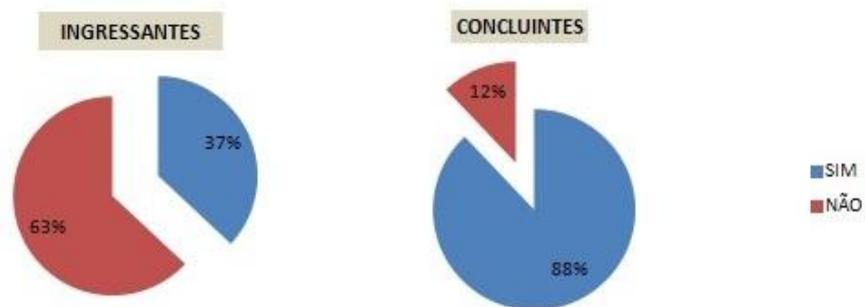


Figura 3 – Percentual dos entrevistados referente à participação em eventos voltados especificamente para as questões do meio ambiente.

Questionados sobre o melhor momento para introduzir os estudantes na temática ambiental, observa-se que ingressantes e concluintes em sua maioria consideram que a abordagem do tema deve se iniciar no ensino infantil (Pré-escola) (Figura 4).

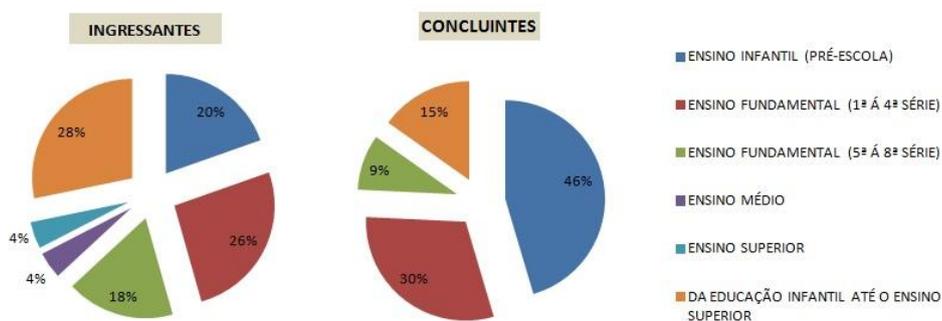


Figura 4 – Porcentagem referente ao melhor momento para introduzir os estudantes na temática ambiental.

Do mesmo modo que Meyer (1992) ressalta que para se obter um bom desenvolvimento da educação ambiental de forma permanente e contínua, ela deve ser introduzida desde a educação escolar, inclusive na infantil.

Visando a importância de disciplinas voltadas a questões ambientais, 50% dos ingressantes e 61% dos concluintes acreditam que deveriam ter em todas as disciplinas (Figura 5).

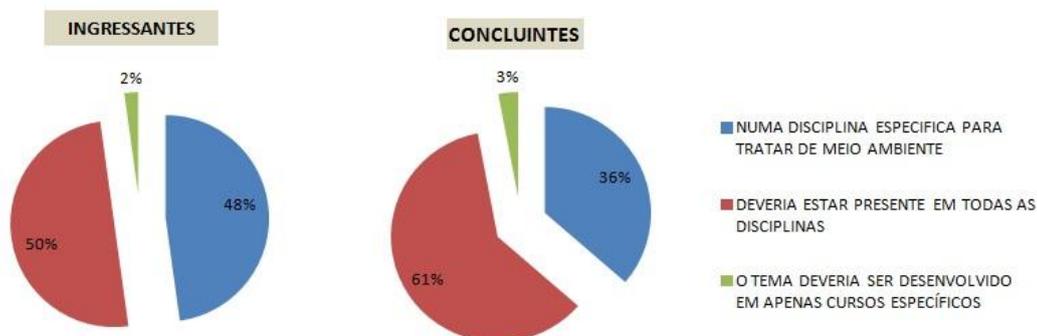


Figura 5 – Percentual referente à maneira como a temática ambiental deveria ser abordada nas instituições de ensino.

Estes resultados se assemelham com a pesquisa realizada por Canabrava et al., (2007), no qual alunos entrevistados do oitavo período do curso de Ciências Biológicas também afirmaram que algumas disciplinas possibilitam uma visão mais abrangente das relações homem e meio ambiente. Além disso, os mesmos confirmaram que a contribuição da disciplina é mais significativa para os concluintes, já que cursaram grande parte das disciplinas oferecidas.

Sobre a Semana de Meio Ambiente, comemorado no mês de junho em todo o território nacional, tendo em vista que no dia 5 deste mês é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente (BRASIL, 1981). Quando solicitados a identificar o mês em que se comemora a Semana do Meio Ambiente, a maioria dos entrevistados acertou a resposta (Figura 6).

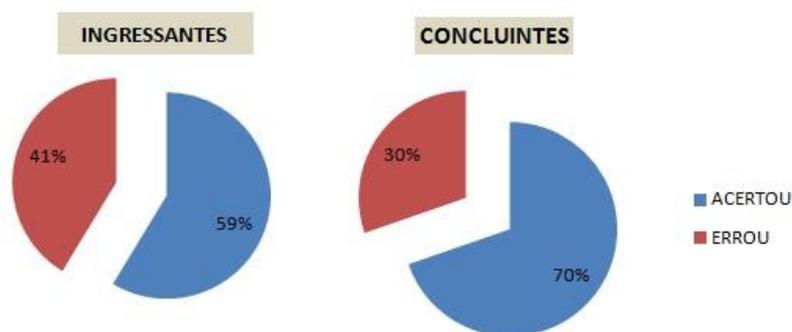


Figura 6 – Percentual de acerto e erro referente ao mês em que se comemora a Semana do Meio Ambiente.

Nos assuntos ligados às Organizações Não Governamentais (ONGs), a maioria dos ingressantes (67%) desconhece alguma que atua na área ambiental, mas 59% estariam dispostos a contribuir financeiramente com uma delas. Entretanto 96% dos ingressantes não confiam no trabalho destas instituições (Figura 7,8 e 9).

Ao avaliarmos as mesmas perguntas feitas aos concluintes encontramos dados divergentes, pois 100% não confiam no trabalho das ONGs ambientais, no entanto 42% deles estariam dispostos a contribuir financeiramente e apenas 30% não conhecem uma ONG que atue na área (Figura 7, 8 e 9).

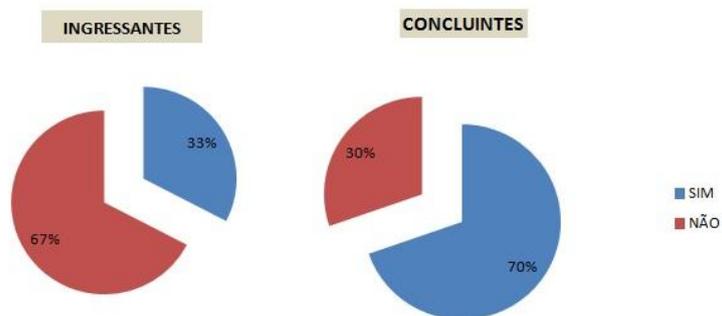


Figura 7 – Percentual de entrevistados referente ao conhecimento sobre a atuação de Organização Não Governamental no município em que reside.

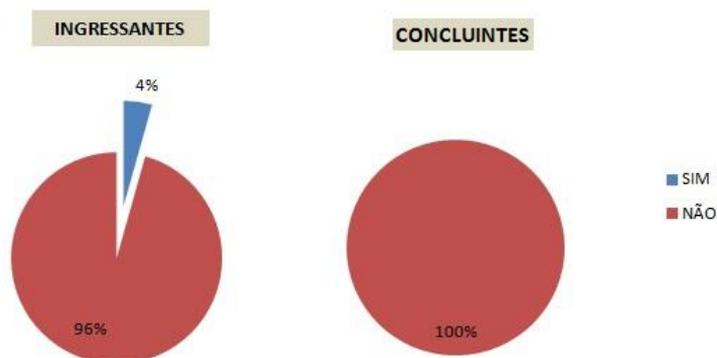


Figura 8 – Percentual de entrevistados referentes à confiança e filiação à Organização Não Governamental.

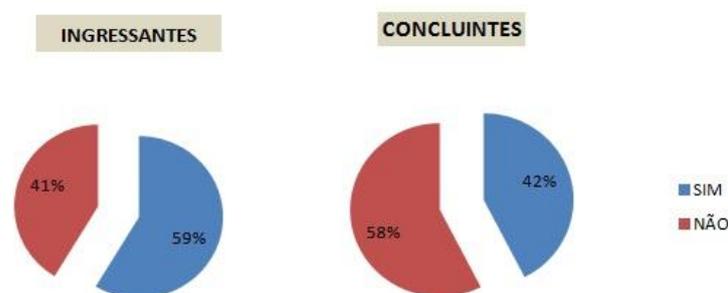


Figura 9 – Percentual de entrevistados que estariam dispostos a contribuir mensalmente para uma ONG ambientalista.

Sendo assim, 63% dos ingressantes e 58% dos concluintes declararam essenciais os cadastros dessas ONGs feitos por órgão ambiental competente, desde que fossem esclarecidos, por exemplo, as atividades, a origem dos recursos financeiros que as mantêm e seus dirigentes para assegurar a transparência e fiscalização. Além disso, 37% dos ingressantes e 36% dos concluintes considera o cadastro útil para esclarecer à população quais as ações realizadas pelas ONG', e apenas 6% dos concluintes acha desnecessário (Figura 10).

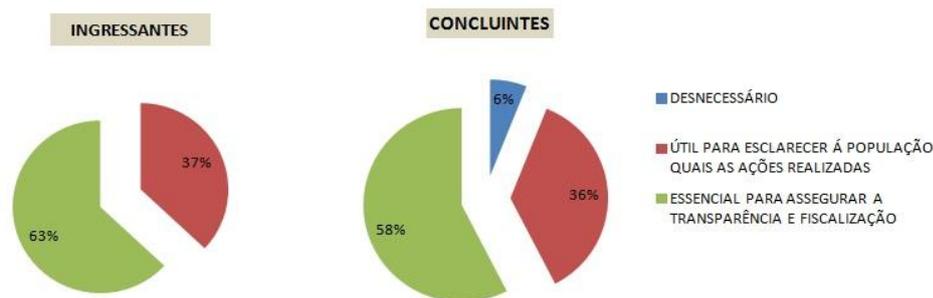


Figura 10 – Concepção dos entrevistados referentes ao cadastramento de ONGs ambientalistas a ser realizado por órgão ambiental competente.

Em síntese, quase totalidade não confia nas ONGs ambientalistas, a maioria dos ingressantes por desconhecê-las, entretanto boa parte estaria disposta a contribuir com a manutenção das mesmas desde que seja feito um cadastro a fim de assegurar transparência e fiscalização. Ou seja, tal resultado revela um contexto a ser melhor avaliado pelas entidades ambientalistas, sobretudo na divulgação dos trabalhos e os resultados obtidos por elas.

Sobre as ferramentas para se obter informações a respeito de assuntos voltados à temática ambiental, existem diversos meios disponíveis, como livros, jornais, revista, internet, telejornais entre outros. Questionados sobre o costume de acessar site que trate de meio ambiente e habito em leitura de jornal, 62% dos entrevistados acessam sites ligados à temática ambiental, no entanto somente 7% leem jornal todos os dias.

Esses dados são similares aos encontrados por *Cardoso et. al*, (2010) em estudo realizado entre os alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, onde a maioria dos alunos tem hábito de ler notícias voltada ao meio ambiente, ainda que não seja diariamente, ressalta também que alunos de todos os períodos demonstraram interesse nos temas ligados à temática ambiental.

QUESTÕES RELACIONADAS A CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Foi questionado sobre de quem é a responsabilidade legal / competência para zelar / fiscalizar assuntos relacionados com meio ambiente, a maioria dos

entrevistados ingressantes (46%) e concluintes (78%) responderam que compete a algum órgão legal, sendo este federal, estadual ou municipal. Em suas respostas aparecem, por exemplo, o IBAMA, o ICMBIO, Secretaria de Meio Ambiente, entre outras. Ainda que estejam corretas as respostas cabe lembrar que essa responsabilidade não compete somente aos órgãos legais, o dever de zelar e fiscalizar são de todos, implícito na Constituição Federal de 1988, conforme o artigo 225 (BRASIL, 1988):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, 30% dos ingressantes e 17% dos concluintes disseram que a responsabilidade compete a todos nós (Figura 11).

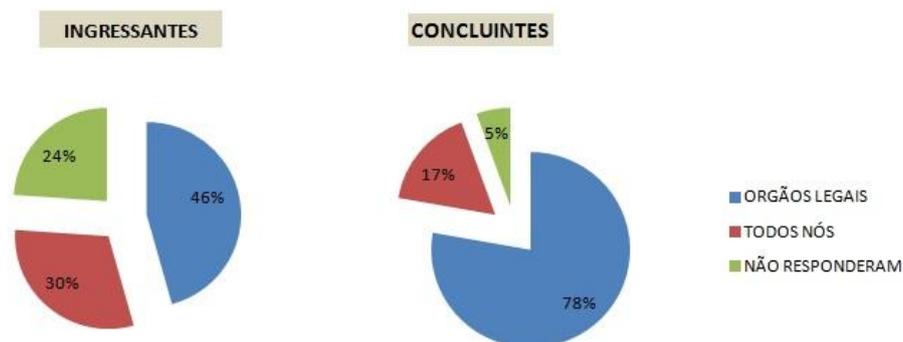


Figura 11 – Percentual dos entrevistados referente a quem considera ser a responsabilidade legal por zelar e fiscalizar assuntos relacionados com meio ambiente.

Referente à lei de crimes ambientais, foi questionado aos entrevistados se concordam que empresas na pessoa de seus diretores e gerentes devem responder penalmente pelos seus impactos ambientais negativos ao meio ambiente.

De acordo com Brasil (1998):

Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Desta forma, a maioria respondeu em conformidade com as sanções penais e administrativas previstas em lei, a maioria dos entrevistados concorda que empresas e seus representantes devem responder penalmente às atividades lesivas ao meio ambiente (Figura 12).

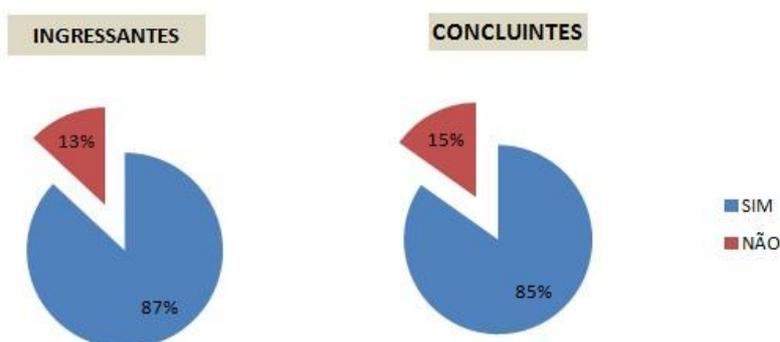


Figura 12 – Opinião dos entrevistados se empresas devem responder penalmente por impactos ambientais negativos ao meio ambiente.

Ainda nessa perspectiva, foi questionado se há necessidade de criar mais leis para proteger o meio ambiente ou se as já existentes são suficientes e a maioria dos entrevistados acredita que basta aplicar as já existentes (Figura 13).

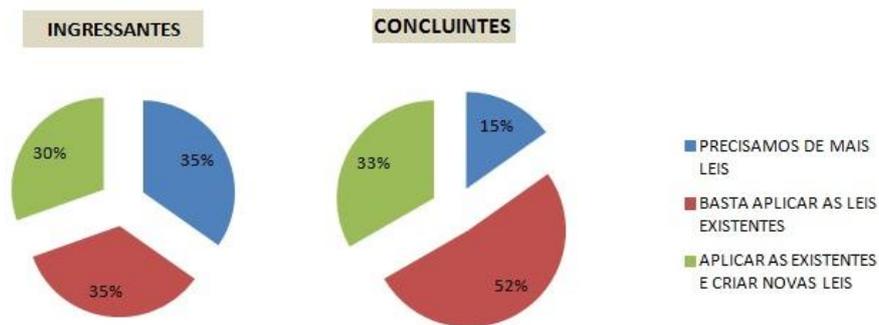


Figura 13 – Percentual referente necessidade de criar mais leis para proteger o meio ambiente.

Resposta similar foi observada em pesquisa por Cardoso, et. al. (2010), em que foi feita a mesma pergunta e a maioria dos alunos do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, concordam que as leis existentes são suficientes.

Tais resultados apontam que o Brasil possui leis ambientais avançadas, e propõem uma reflexão tanto na competência dos órgãos responsáveis quanto à maneira como é feita a fiscalização a fim de aplicar as leis existentes e cobrir o extenso território nacional.

O questionário abordou a atuação dos movimentos comunitários do bairro onde reside referente à preocupação com a discussão de problemas ambientais. O envolvimento do entrevistado com esses movimentos e a participação em audiência pública que trata especificamente de assuntos ligados ao meio ambiente. Sobre os movimentos comunitários a maioria desconhece a atuação deste, conseqüentemente 91% nunca participou de alguma ação em conjunto. Sobre a participação do entrevistado em audiência publica a maioria nunca participou por desconhecer ação com o objetivo de discutir assuntos específicos ligados ao meio ambiente (Figuras 14 e15).

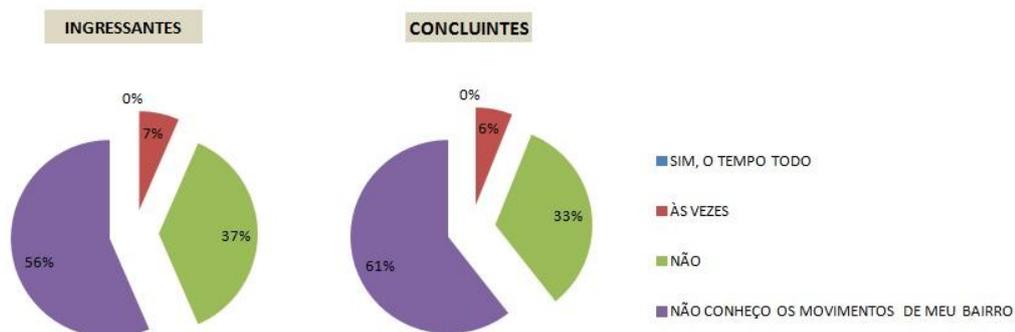


Figura 14 – Percentual referente à preocupação dos movimentos comunitários na discussão de problemas ambientais.

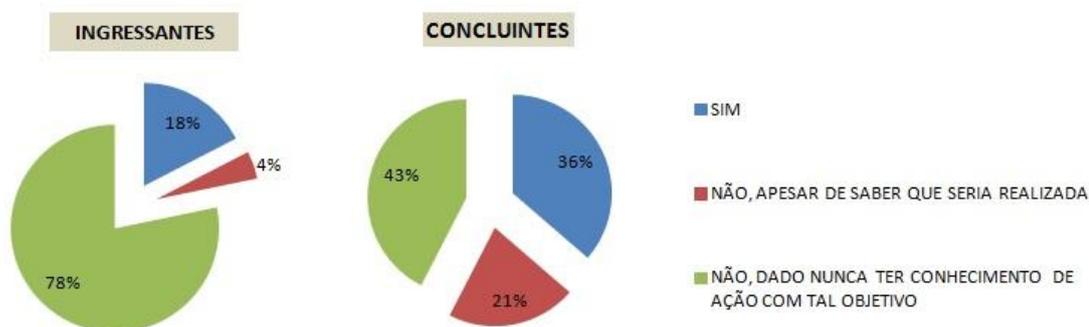


Figura 15 – Percentual dos entrevistados que participou de audiência pública tratando especificamente de assuntos ligados ao meio ambiente.

O resultado apresentado revela a necessidade de estabelecer proximidade entre os estudantes e as atividades comunitárias no local onde reside, bem como ressaltar a importância das audiências públicas, por se tratar de instrumento criado por lei para pré-discussão dos temas ambientais e sociais.

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (BAHIA, 2002), originalmente chamada Secretaria do meio Ambiente e recursos Hídricos (SEMARH), passou por uma alteração para Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), responsável pela política ambiental do Estado da Bahia (BAHIA, 2008). Foi questionado o que significa a sigla SEMA. O resultado caracteriza uma tendência que favorece a percepção dos concluintes onde 67% acertou a resposta, já entre os ingressantes apenas 30% (Figura 16).

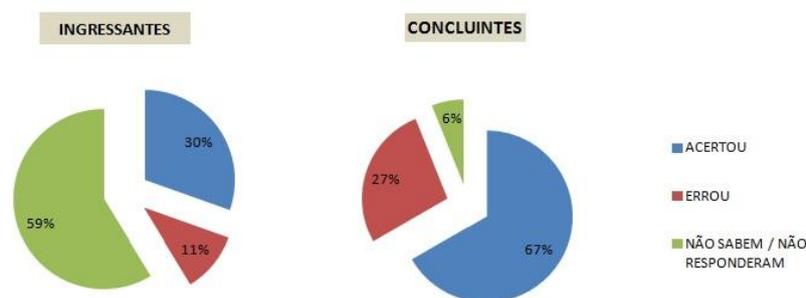


Figura 16 – Percentual referente entendimento sobre o significado da sigla SEMA.

Relacionado à atuação dos órgãos ambientais (federal, estadual e municipal) e da Secretaria de Educação (estadual e municipal) foi solicitado ao entrevistado fazer uma avaliação referente ao trabalho realizado por ambos no município onde reside. Sobre os órgãos ambientais a maioria dos entrevistados considera essa atuação parcialmente efetiva na fiscalização e medição da poluição ambiental. Sobre a Secretaria de Educação a tendência é a mesma, pois a maioria observa parcialidade na discussão da temática ambiental nas escolas do município onde reside.

O comportamento dos entrevistados indica uma avaliação positiva em relação ao nível de ação dos governos através dos órgãos ambientais e o desempenho na área da educação. Ainda assim, merece destaque o posicionamento em relação à opção “não acompanho esse assunto”, o que revela um distanciamento do grupo referente a este tipo de discussão. (Figuras 17 e 18).

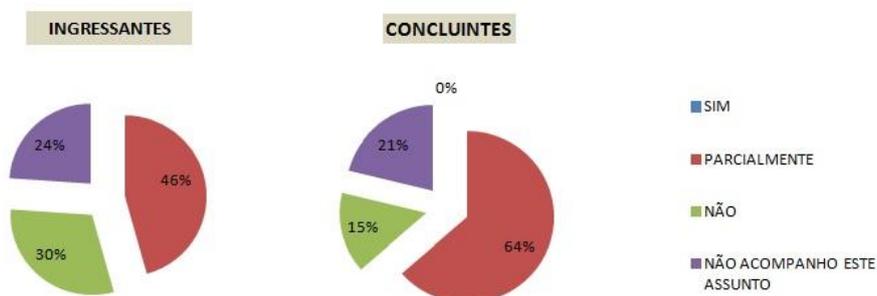


Figura 17 – Avaliação pessoal referente à atuação dos órgãos ambientais no município de residência.

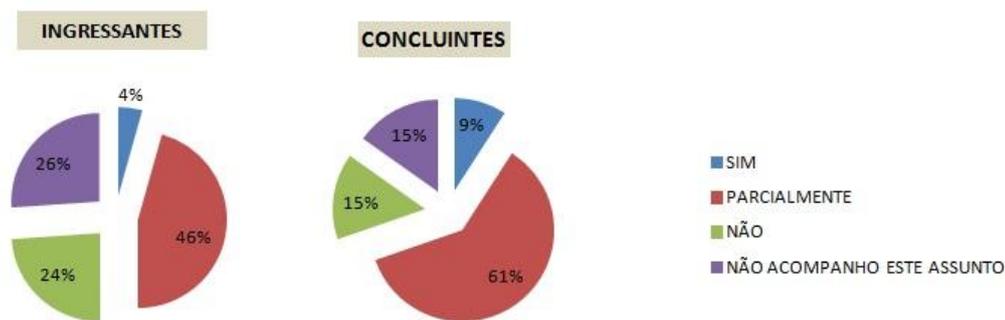


Figura 18 – Percentual referente à atuação da secretaria de educação (estadual e municipal) no apoio à discussão de assuntos voltados a temática ambiental.

Sobre a divisão da Amazônia, foi questionado se o entrevistado aceitaria esta divisão em área de preservação (intocáveis) e área de exploração comercial. O resultado aponta que a maioria não aceita essa divisão (Figura 19).

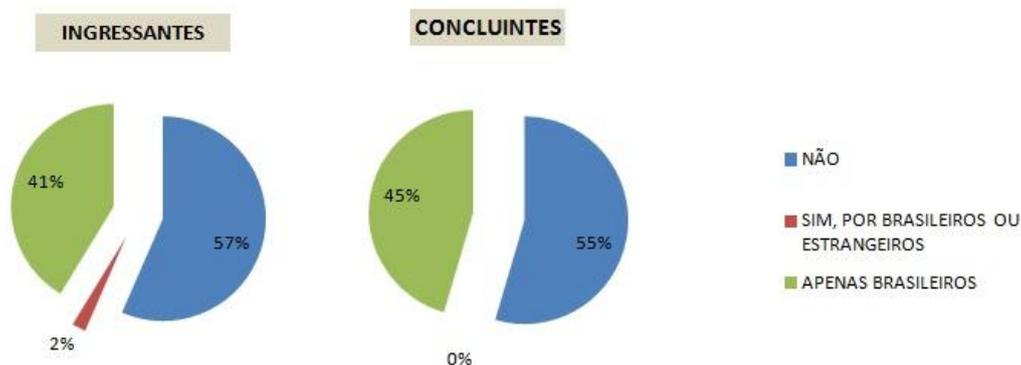


Figura 19 – Percentual de entrevistados que aceitariam uma divisão da Amazônia em área de preservação e área de exploração comercial.

O pensamento em manter essa região intacta representa a falta de conhecimento sobre as necessidades daquelas comunidades, desconsiderando a possibilidade em explorar racionalmente os recursos como meio de sustento, revelando assim um assunto que merece melhor reflexão.

Sobre licenciamento ambiental, de acordo com CONAMA (1997):

Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Foi questionado aos entrevistados se eles sabem para que serve o licenciamento ambiental. A maioria (39%) dos ingressantes erraram a resposta e 35% responderam conforme o descrito acima, já entre os concluintes, a maioria (61%) acertou a resposta (Figura 20). Demonstrando dessa forma, através de um aumento substancial de acertos, melhor entendimento entre os alunos concluintes sobre a função do licenciamento.

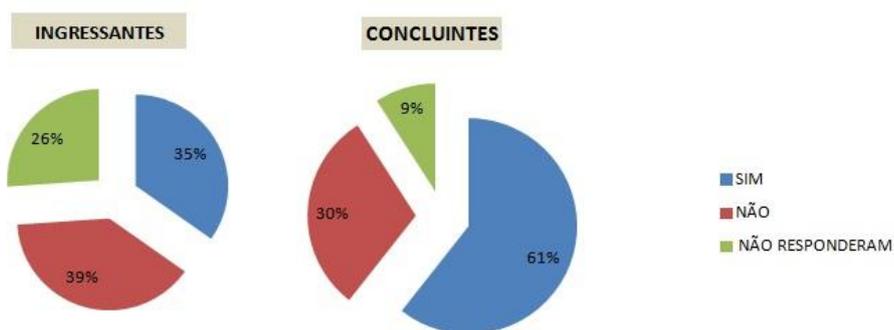


Figura 20 – Percentual dos entrevistados que sabem para que serve o licenciamento ambiental.

Ainda sobre este assunto, todos os empreendimentos (rural ou urbano) para ser executado necessitam de um estudo de impacto ambiental e um relatório de Impacto ambiental (EIA/RIMA) para obter uma licença e então a liberação para realização da obra. Porém no decorrer do processo esta licença pode ser modificada, suspensa ou cancelada, desta forma qualquer pessoa que saiba de alguma irregularidade poderá fazer uma denuncia aos órgãos competentes, caso seja procedente tal obra poderá ser embargada.

Quando questionados se um cidadão pode impedir que uma empresa poluente fosse implantada, a maioria (61%) dos ingressantes considera que o

cidadão não pode impedir a implantação de tal, já entre os concluintes observamos o contrário, onde a maioria (73%) considera que o cidadão pode impedir a implantação de uma empresa poluente (Figura 21).

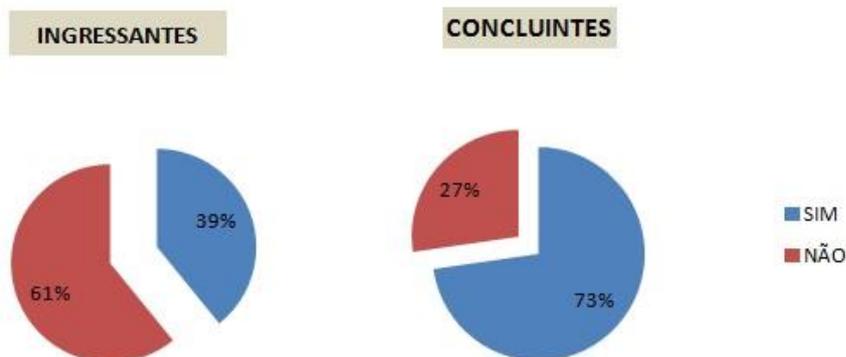


Figura 21 - Percentual dos entrevistados referente à possibilidade de impedir a implantação de uma empresa poluente.

Mais uma vez o percentual de acerto aumenta entre os concluintes, demonstrando assim a aquisição de conhecimento referente à legislação ambiental, pois este conteúdo é abordado em disciplina específica disponível nos últimos semestres do curso, tais como Legislação Florestal, disciplina obrigatória na grade curricular, e uma disciplina optativa de Legislação Ambiental.

Seguindo esse tema, foi questionado se uma grande construção em área urbana deveria ter seus impactos ambientais previamente avaliados. Todos os alunos responderam que sim, indicando assim um bom nível de percepção dos estudantes tanto ingressantes quanto concluintes sobre o impacto ambiental das indústrias.

Sobre poluição e saúde, perguntou-se aos entrevistados se há alguma relação entre os níveis de poluição de uma região e a saúde da população local. Para os ingressantes a maioria (96%) acredita que há essa relação e 100% dos concluintes concordaram com relação entre os níveis de poluição e saúde da população local (Figura 22).

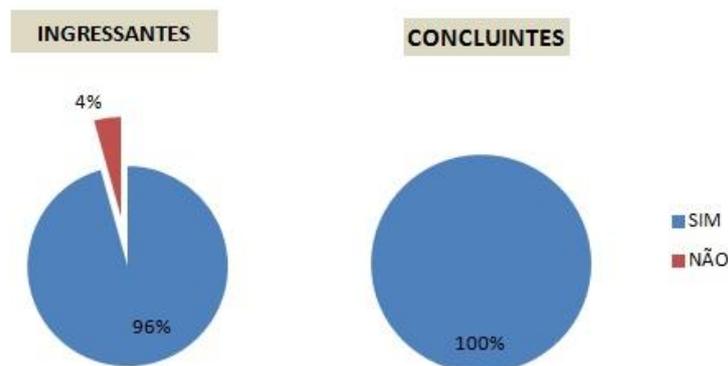


Figura 22 – Percentual dos entrevistados que acreditam na relação entre os níveis de poluição e saúde de uma população local.

Ao analisar as empresas no local de residência, perguntou se estas apoiam iniciativas relacionadas à temática ambiental. Para os ingressantes a maioria desconsidera esse apoio, entre os concluintes a maioria (67%) acredita num apoio parcial (Figura 23).

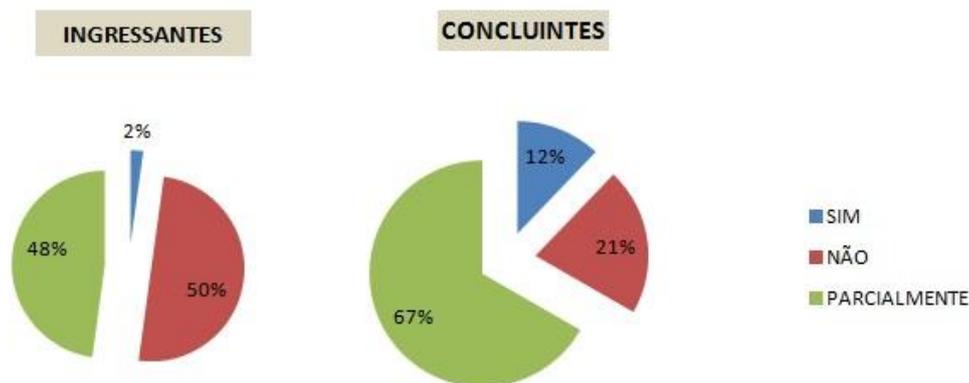


Figura 23 – Percentual dos entrevistados se acreditam no apoio das empresas locais em iniciativas relacionadas à temática ambiental.

Sobre o papel da mídia (jornal, TV, rádios e internet), o entrevistado foi questionado se esta dedica atenção devida aos assuntos ligados à temática ambiental. Para os ingressantes (74%) e concluintes (67%) acredita que a mídia não tem dedicado atenção a assuntos ligados à temática ambiental (Figura 24). Similarmente ao que ocorre entre os Estudantes do curso de Tecnologia em Gestão ambiental descrito por Cardoso et. al.; (2010), onde

64% responderam não haver apoio da mídia na discussão de assuntos pertinente à temática ambiental.

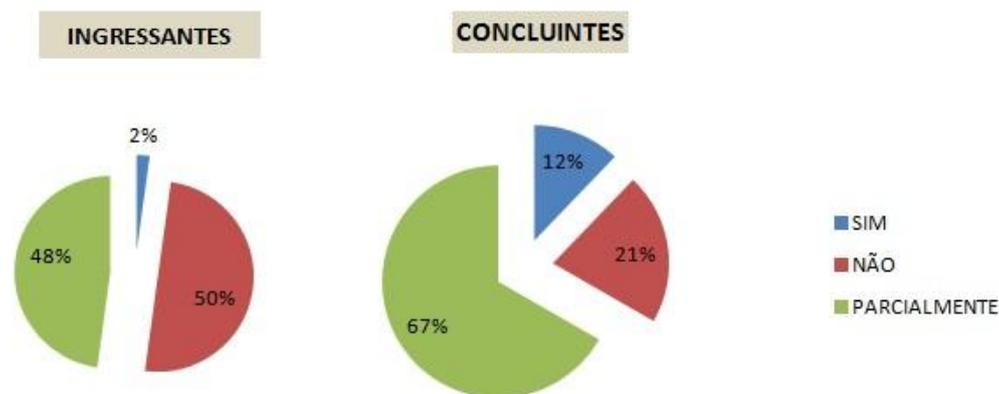


Figura 24 – Percentual dos entrevistados se acreditam na atuação da mídia em relação a assuntos ligados à temática ambiental.

Ao citar a palavra indústria, diferentes interpretações podem ocorrer, de acordo a percepção de cada indivíduo, referente a isto, perguntou-se qual a primeira palavra viria à cabeça do entrevistado. Por se tratar de uma pergunta subjetiva, a fim de facilitar a análise desta questão, as respostas foram agrupadas de acordo com a relação existente em três categorias (indústria, progresso/ desenvolvimento e poluição). Desta forma, a maioria (63%) dos entrevistados ingressantes respondeu que a primeira palavra que vinha a cabeça referia-se à poluição, palavra esta repetida diversas vezes ou semelhantes tais como, degradação e desmatamento. Entre os entrevistados concluintes, a maioria (70%) respondeu parâmetros ligados a progresso / desenvolvimento (Figura 25).

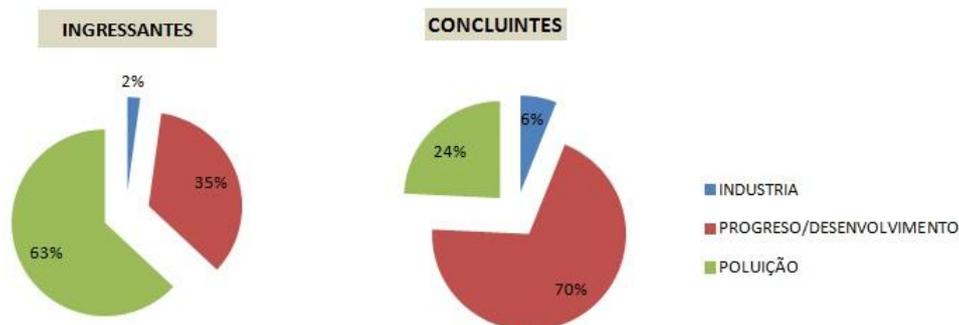


Figura 25 – Percentual de respostas referentes à palavra indústria, relacionadas às categorias indústria, progresso / desenvolvimento e poluição.

De acordo com Brasil (2010) :

”As pessoas físicas ou jurídicas referidas no art. 20 são responsáveis pela implementação e operacionalização integral do plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente na forma do art. 24

Foi questionado se uma empresa geradora de resíduo deve ser responsável pela eliminação do mesmo, ou se esta ação deve ser responsabilidade do governo. Para os ingressantes a maioria (57%) acredita que sejam responsabilidade de ambas as partes, o oposto observado entre os concluintes onde a maioria (58%) considera responsabilidade da empresa. Desta forma, observa-se melhor percepção dos concluintes tendo em vista o percentual de acertos em relação a esse tema (Figura 26).

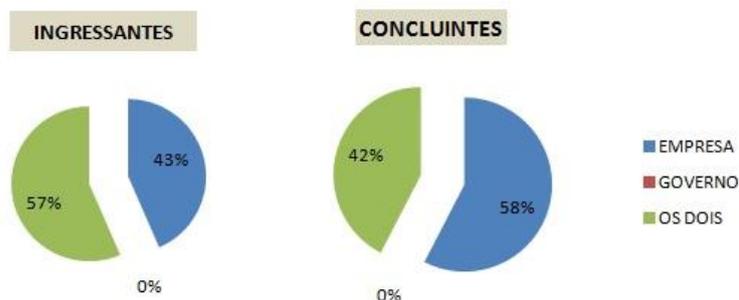


Figura 26 – Percentual referente à opinião dos entrevistados de quem é a responsabilidade pela eliminação de resíduos das empresas.

Sobre a aquisição de produtos no mercado, foi questionado o que orienta o entrevistado em suas compras. Para facilitar a análise das respostas também foram separados em três categorias (preço, qualidade e meio ambiente). Para a maioria a maior motivação está relacionada ao preço e revela um dado preocupante tendo em vista o baixo índice motivado pela preocupação voltada ao meio ambiente, que se reduz de ingressantes para concluintes (Figura 27).

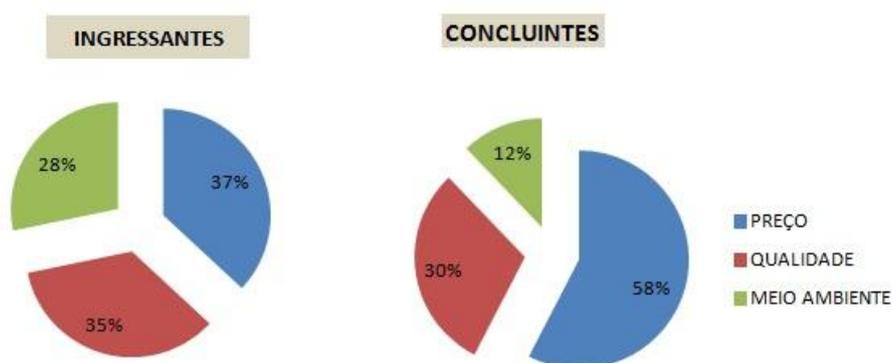


Figura 27 – Percentual referente à orientação dos entrevistados em relação aquisição de produtos no mercado.

Sobre a qualidade de vida do ponto de vista ambiental, foi questionado como o entrevistado considera o município onde reside. Entre os entrevistados a maioria considerou regular (Figura 28).

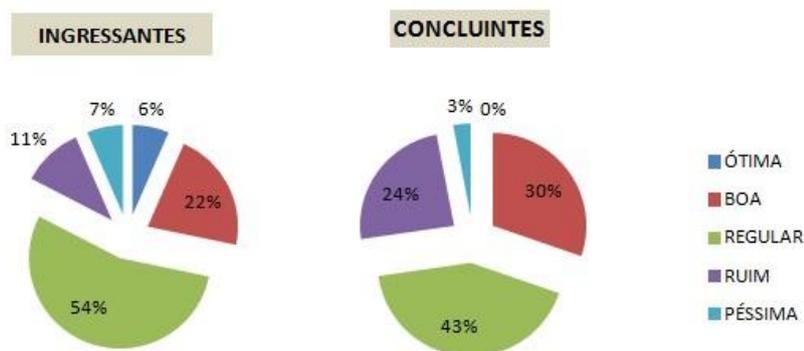


Figura 28 – Percentual dos entrevistados em relação à qualidade de vida do ponto de vista ambiental no município em que reside.

Foi questionado se carros com mais de 15 anos deveriam ser taxados por poluírem mais que outros veículos mais novos. Para os ingressantes a maioria (57%) concordou que não, o contrário foi observado entre os concluintes onde a maioria (58%) considerou que sim (Figura 29).

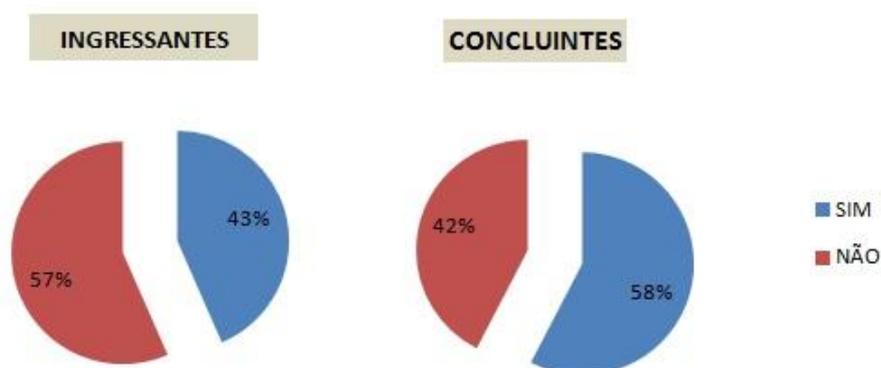


Figura 29 – Percentual dos entrevistados se consideraram que carros com mais de 15 anos devem ser taxados por poluírem mais que outros.

De acordo com Brasil (1998):

Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia: Pena - detenção, de três meses a um ano, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Desta forma, foi questionado ao entrevistado se poda de árvores em áreas publicas pode ser realizada livremente pelos cidadãos. A maioria dos entrevistados ingressantes e concluintes disse que não pode ser realizada poda livremente por qualquer cidadão em conformidade com a lei de crimes ambientais (Figura 30).

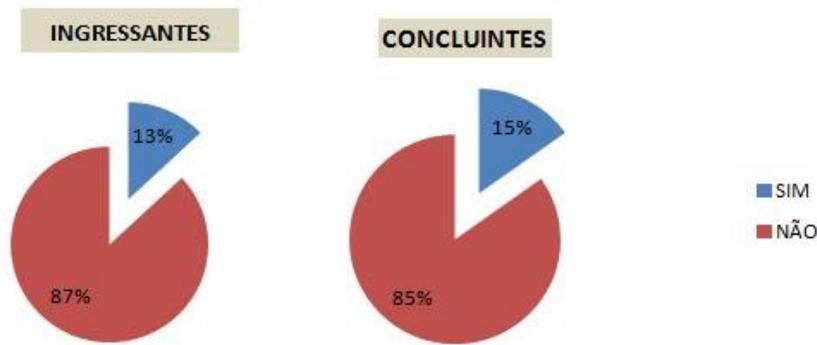


Figura 30 – Percentual referente à consideração se poda em áreas publicas podem ser realizadas livremente pelos cidadãos.

Sobre o cotidiano no trabalho ou estágio, foi questionado ao entrevistado se há algo que possa ser feito ou sugerido visando melhoria das condições ambientais. A maioria (54%) dos ingressantes considera que não há melhorias a serem feitas, entre os concluintes a maioria (43%) diz haver melhorias que possa ser feita ou sugerida, ou seja, observa-se uma melhor percepção ambiental tendo em vista que os estudantes receberam informações sobre meio ambiente e procuram aplicar no dia-a-dia (Figura 31).

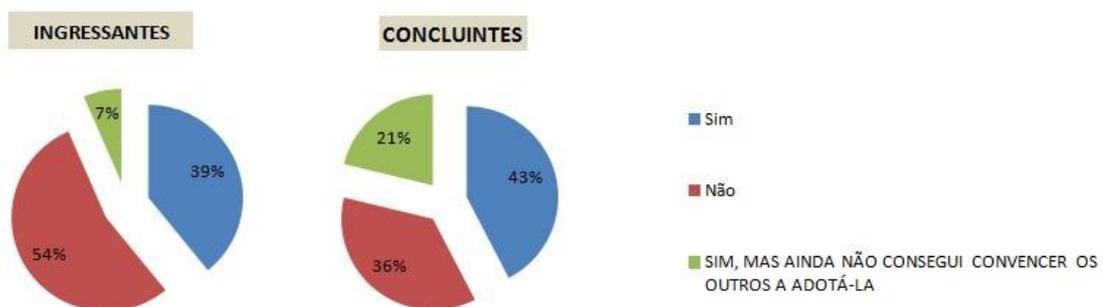


Figura 31 – Percentual dos entrevistados referente à possibilidade de sugerir melhoria das condições ambientais no trabalho ou estagio.

Foi questionado ao entrevistado, se o assunto “meio ambiente” é tratado dentro de casa. A maioria dos ingressantes (65%) e dos concluintes (55%) poucas vezes trata sobre o assunto (Figura 32), dado preocupante, pois apesar do curso estar ligado nitidamente à temática ambiental, merece atenção por

parte dos estudantes e educadores a fim de propor questionamentos e dialogo no âmbito familiar.

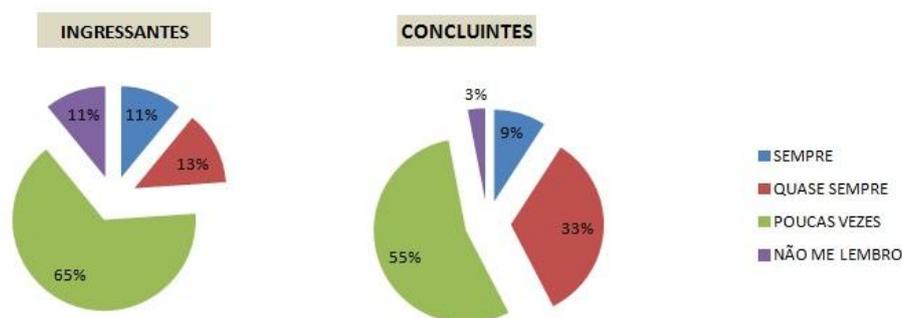


Figura 32 – Percentual de entrevistados referente à abordagem sobre o assunto “meio ambiente” em casa.

Ainda neste foco, os entrevistados foram questionados se no dia-a-dia consideram causar algum dano ao meio ambiente. A maioria considera causar algum dano ao meio ambiente e 15% dizem que não (Figura 33). Portanto, nesse quesito basta fazer uma leve reflexão sobre a quantidade de resíduos (lixo) produzida individualmente, ou a utilização de detergentes no banho, lavando a louça, entre outros que posteriormente será lançado no meio. Ainda por menos impactante que pareça de alguma forma sempre estaremos causando algum dano ao meio ambiente.

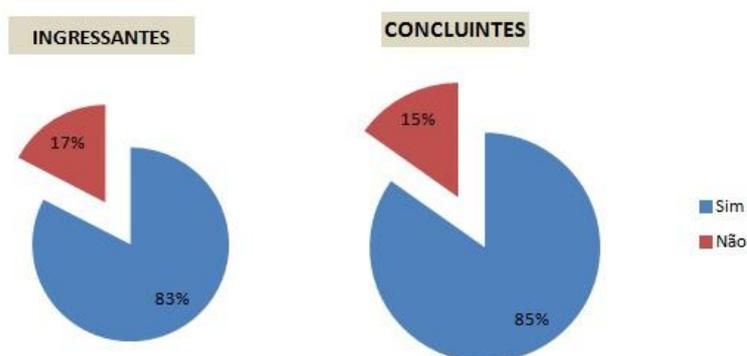


Figura 33 – Percentual de entrevistados que consideram causar no dia-a-dia algum dano ao meio ambiente.

Sobre a atuação do governo questionou-se sobre qual é a postura em relação às questões ambientais. Tais dados revelam que a maioria (52%) dos ingressantes acredita que o governo não investe, não atua e não cumpre as normas ambientais, já entre os concluintes ocorre uma melhor percepção onde a maioria (64%) acredita que o governo investe no meio ambiente, mas ainda causa poluição (Figura 34). Esse fato merece uma reflexão, pois depois de formados os entrevistados poderão atuar em alguma empresa do governo.

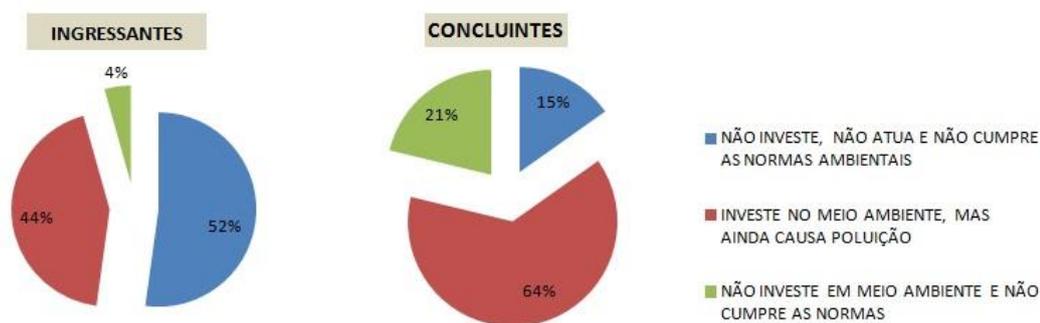


Figura 34 – Percentual referente à postura do governo em relação às questões ambientais.

Sobre impacto ambiental e desenvolvimento foi questionado se pode coexistir. A maioria respondeu que sim, no entanto essa afirmação está presente em maior porcentagem entre os ingressantes (Figura 35).

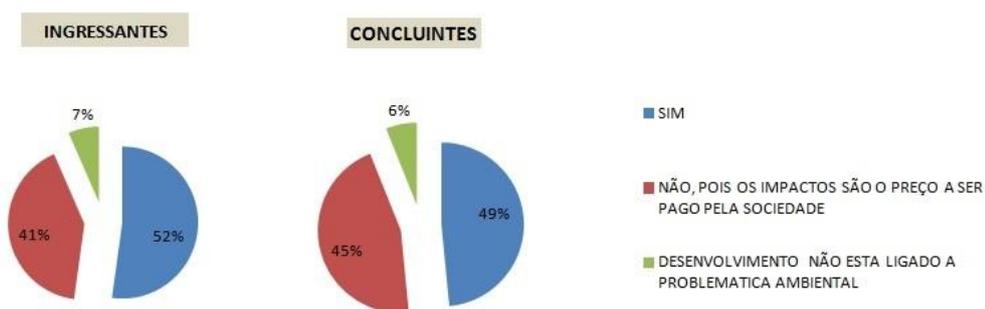


Figura 35 – Percentual referente à coexistência entre desenvolvimento e impacto ambiental.

Ainda nessa perspectiva de desenvolvimento, foi questionado ao entrevistado se aceitaria um nível adicional de poluição no município de residência se isso assegurasse um maior número de empregos. A maioria dos ingressantes aceita. No entanto, a maioria dos concluintes não aceita essa relação entre poluição e oferta de emprego (Figura 36).

Com base no exposto, deve ser feita uma profunda reflexão, pois levando em consideração a perspectiva “oferta de emprego”, demonstra que a percepção ambiental pode ter diferentes focos, e esta diferença de comportamento não deve ser considerada e sim entendida em termo de causa (sociais e econômicas).

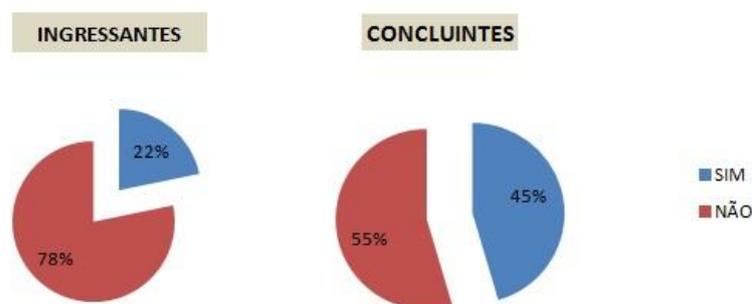


Figura 36 – Percentual dos entrevistados referente à aceitação do aumento do nível de poluição proporcional à maior oferta de emprego.

Ainda sobre esse tema, foi questionado sobre a credibilidade dos dados fornecidos pelas empresas que medem sua própria poluição. A maioria dos entrevistados acredita que somente alguns dos resultados divulgados são completos (Figura 37).

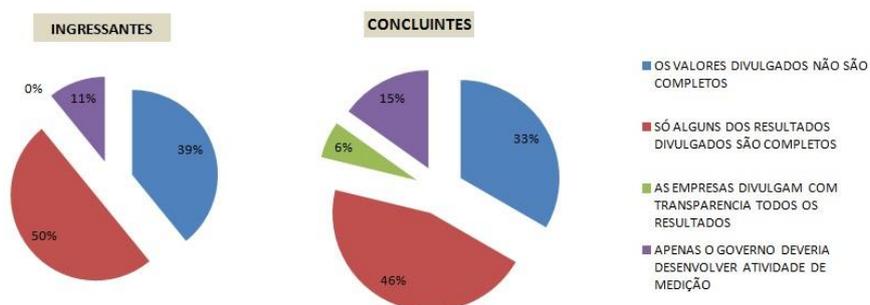


Figura 37 – Opinião dos entrevistados em relação aos dados fornecidos pelas empresas que medem sua própria poluição.

Sobre coleta seletiva, foi questionado onde deveriam ser investidos os recursos decorrentes da venda dos materiais obtidos. A maioria acredita que deve ser investido no próprio município que produziu o lixo, predominando uma boa percepção entre os entrevistados (Figura 38).



Figura 38 – Percentual referente ao local onde devem ser aplicados os recursos decorrentes da venda dos materiais obtidos em uma coleta seletiva de lixo.

Sobre aquisição de produtos que causasse menos danos ao meio ambiente, foi questionado se o entrevistado se empenharia em pagar mais por este. O resultado aponta uma dominância sobre a opção “sim”, sobretudo entre os ingressantes (Figura 39). Destacam-se a opção “não” entre os concluintes, fator observado em análise anterior, no qual aspectos ambientais são minimizados subsequentes ao aspecto econômico.

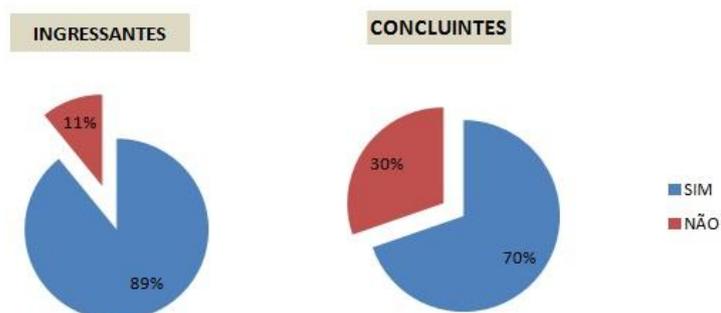


Figura 39 – Percentual referente à disposição em pagar mais por um produto que causasse menos danos ao meio ambiente.

Sobre os transgênicos, o entrevistado foi questionado se estes interferem no meio ambiente como um todo, além de causar mal a saúde. Na opinião dos ingressantes (89%) e dos concluintes (70%) acreditam que sim (Figura 40).

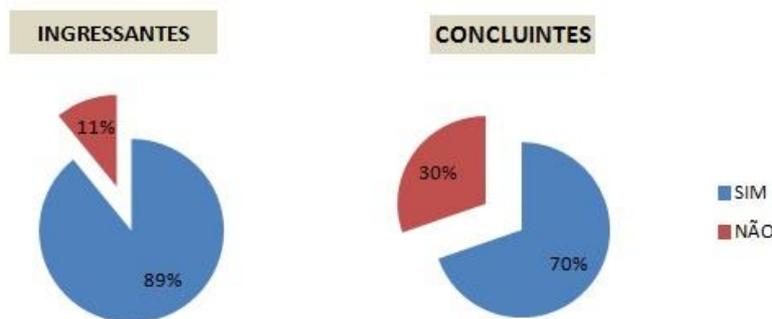


Figura 40 – Percentual referente aos entrevistados que consideração se os transgênicos interferem no maio ambiente como um todo, além de causar mal a saúde.

Sobre crimes ambientais foram listados seis (Destruir bem protegido por lei / Causar dano ao museu, biblioteca ou similar / Promover construção em solo não edificável ou em seu entorno / Modificar, danificar ou destruir ninho ou abrigo natural / Alterar aspecto ou estrutura de edificação ou local protegido por lei / Praticar maus tratos ou ferir animais silvestres, domésticos ou domesticados), e ainda duas alternativas (Acredito que essas condutas não sejam crimes ambientais / Essas condutas ou ações não são crimes). Pediu-se que os entrevistados marcassem quais são considerados crimes ambientais. Diante do exposto, o mais preocupante está entre os concluintes onde um entrevistado concordar com a alternativa “essas condutas/ações não são crimes ambientais” e ainda cinco concluintes e três ingressantes marcaram a alternativa “Acredito que essas condutas não são crimes ambientas”, ou seja, a quantidade de erros sobressai entre os concluintes (Figura 41 e 42).



Figura 41 – Condutas ou ações consideradas crime ambientais entre os ingressantes.



Figura 42 – Condutas ou ações consideradas crimes ambientais entre os concluintes.

Sobre a atuação do Ministério Público (MP) foi questionado se os entrevistados podem recorrer a este para resolver problemas ambientais. A análise dos dados a maioria indicam que sim (80% ingressantes e 91% concluintes), preocupante entre os concluintes 9% acreditar que não se pode

recorrer ao MP ainda que em menor percentagem entre os ingressantes, pois esse assunto é abordado em disciplinas específicas (Figura 43).

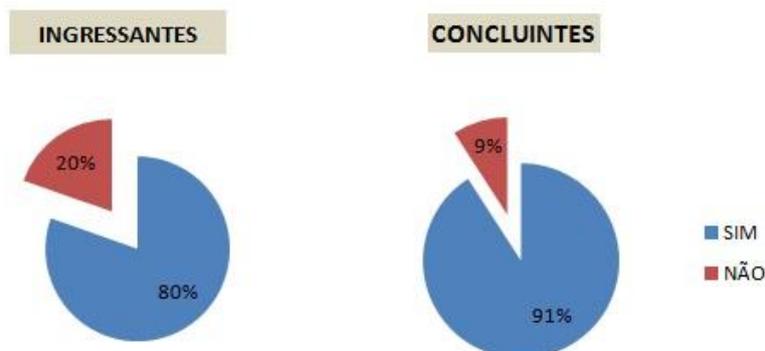


Figura 43 – Percentual de entrevistados que acreditam poder recorrer ao Ministério Público para resolver problemas ambientais.

CONCLUSÃO

Com a realização deste estudo foi possível concluir que o conhecimento a respeito das questões ambientais existe por parte de ingressantes e concluintes. Observou-se um incremento destes conhecimentos nas respostas dos concluintes. Deste modo, pode-se inferir que o curso está servindo de embasamento teórico e proporcionando um acréscimo nos conhecimentos dos estudantes, neste caso específico.

REFERÊNCIAS

ANJOS, G. S dos. **Proposta de uma estratégia de avaliação da percepção ambiental de aluno, ingressantes e concluintes, de cursos de graduação em engenharia – ENADE ambiental.** Projeto de Pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção Civil) - Faculdade Brasileira, Vitória, 2008, 143 p.

BAHIA. Lei nº 8.538, de Dezembro de 2002. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Salvador, 20 de dezembro de 2002. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.ba.gov.br/pdf/lein8535.pdf>>

Acessado em: 05/10/2014

BAHIA. Lei nº 11.050, de Junho de 2006. Altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e das entidades da Administração Indireta a ela vinculadas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Salvador, 06 de Junho de 2008. Disponível em:

<<http://www.meioambiente.ba.gov.br/pdf/Lei10050.pdf>>

Acessado em: 05/10/2014

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>

Acessado em: 20/09/2014

BRASIL. Decreto nº 86.028, de 27 de Maio de 1981. Institui em todo Território Nacional a "Semana Nacional do Meio Ambiente", e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 28/5/1981, Página 9810 (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 9.605, de Fevereiro de 1988. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Brasília, 12 de fevereiro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>

Acessado em: 03/10/2014

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2 de agosto de 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>

Acessado em: 27/09/2014

CANABRAVA, C. C. R.; MOREIRA, D. S.; ALVEZ, F. L.; AVELINO, P. N. S.; MELO, T. T.; LEITE, E. B.; PAPROCKI, H.; ABUHID, V. S. Estudo da percepção ambiental de acadêmicos do curso de Ciências Biológicas da PUC Minas – Campus Coração Eucarístico – Sobre alterações climáticas. **SINÁPSE AMBIENTAL**, Betim, vol.2, n.2; jul./dez. 2007, p. 26-47.

CARDOSO, D. N.; CARNEIRO, S. G.; CASSIMIRO, M. A.; SILVA, L. V.; SOUSA, M. M. Percepção ambiental: O caso do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental do Instituto Federal Goiano Campus Urutaí. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n.11; jul./dez. 2010, p. 4-11.

CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial da União**. Brasília, 19 de dezembro de 1997.

Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codleg=237>>

Acesso em: 06/10/2014

MEYER, M. Â. A. Ecologia faz parte do espaço cotidiano. **AMAE EDUCANDO**, Belo Horizonte, n. 225, p. 13–20, 1992.

PINHEIRO, I. F. S.; LIMA, V. L. A.; FREIRE, E. M. X.; MELO, A. A. A percepção ambiental de uma comunidade da caatinga sobre o turismo: Versões e perspectivas para o planejamento turístico com vistas à sustentabilidade. **SOCIEDADE E NATUREZA**, Uberlândia, n.3; set./dez. 2011, p.467-482.

RIO, V. del. ; OLIVEIRA, L. (org). **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Carlos, UFSCAR, 1999. 265 p.

Anexo

QUESTIONÁRIO SÓCIO-AMBIENTAL

- 1-Período do Curso: _____ 2-Sexo: M F 3-Idade: _____
- 4-Estado Civil: SOLTEIRO CASADO OUTROS: _____
- 5- Município onde Reside: _____ 6- Tempo de residência no município: _____
- 7-Local de residência antes de ingressar no curso: _____
- 8-Motivo para a escolha no curso? _____
- 9-Você tem filhos? SIM NÃO 10-Se sim, quantos? _____
- 11-Estão estudando? SIM NÃO
- 12-Você possui emprego? SIM NÃO
- 13-Nível de renda Familiar: MENOS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS ENTRE 3 E 5 ENTRE 5 E 10 MAIS DE 10
- 14-Quando você começou a estudar, em sala da aula, era comum serem tratados assuntos ligados à temática ambiental?
FREQUENTEMENTE EVENTUALMENTE RARAMENTE NUNCA
- 15-Você já fez curso ou participou de algum evento voltado especificamente para as questões do meio ambiente?
SIM NÃO
- 16-No que se refere a sua formação profissional (atual ou futura), você considera que:
INFORMAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE SÃO IMPORTANTES
INFORMAÇÕES QUE CONHEÇO SOBRE MEIO AMBIENTE SÃO SUFICIENTES
INFORMAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE NÃO SÃO IMPORTANTES
- 17-Qual o melhor momento para introduzir os estudantes na temática ambiental?
ENSINO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)
ENSINO FUNDAMENTAL (1ª À 4ª SÉRIE)
ENSINO FUNDAMENTAL (5ª À 8ª SÉRIE)
ENSINO MÉDIO
ENSINO SUPERIOR
DA EDUCAÇÃO INFANTIL ATÉ O ENSINO SUPERIOR
- 18-Nas instituições de ensino, como a temática ambiental deveria ser abordada?
NUMA DISCIPLINA ESPECIFICA PARA TRATAR DE MEIO AMBIENTE
DEVERIA ESTAR PRESENTE EM TODAS AS DISCIPLINAS
O TEMA DEVERIA SER DESENVOLVIDO EM APENAS CURSOS ESPECÍFICOS
- 19-Em que mês se comemora a Semana Nacional do Meio Ambiente? _____
- 20-Você conhece alguma Organização Não Governamental (ONG) que atua na área ambiental no município onde você reside? SIM NÃO
- 21-Você confia no trabalho feito pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) que se dedicam à área de meio ambiente? SIM NÃO
- 22-Você considera que o cadastro de ONGs ambientalistas, a ser realizado pelo Órgão ambiental competente, onde ficassem esclarecidos, por exemplo, quais as atividades por elas desempenhadas, origem dos recursos financeiros que as mantém, seus dirigentes e número de filiados é: _____

DESNECESSÁRIO
ÚTIL PARA ESCLARECER Á POPULAÇÃO QUAIS AS AÇÕES REALIZADAS
ESSENCIAL PARA ASSEGURAR A TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

23-Você é filiado a alguma ONG ambientalista? SIM NÃO

24-Você estaria disposto a contribuir mensalmente para uma ONG ambientalista? SIM NÃO

25-Você tem costume de acessar algum(ns) site(s) que trate(m) de meio ambiente? SIM NÃO

26-Você lê jornal?
TODOS OS DIAS UM JORNAL
NEM SEMPRE LEIO JORNAL
LEIO JORNAL APENAS NO DOMINGO
NÃO TENHO COSTUME DE LER JORNAL

27-De quem é a responsabilidade legal / competência para zelar / fiscalizar assuntos relacionais com o meio ambiente?

28-Você concorda que as empresas (na pessoa de seus diretores e gerentes) devem responder penalmente (prisão) pelos seus impactos ambientais negativos ao meio ambiente? SIM NÃO

29-Você acha que precisamos de mais leis para proteger o meio ambiente ou as já existentes são suficientes?
PRECISAMOS DE MAIS LEIS
BASTA APLICAR AS LEIS EXISTENTES
APLICAR AS EXISTENTES E CRIAR NOVAS LEIS

30-Os movimentos comunitários do bairro onde você reside, têm demonstrado preocupação com a discussão de problemas ambientais que afetam a população local?
SIM, O TEMPO TODO
ÀS VEZES
NÃO
NÃO CONHEÇO OS MOVIMENTOS DE MEU BAIRRO

31-Você já participou (ou participa) de alguma ação junto ao movimento comunitário do bairro onde você reside?
SIM NÃO

32-Já participou de alguma Audiência Pública que tratou especificamente de assunto ligado ao meio ambiente?
SIM
NÃO, APESAR DE SABER QUE SERIA REALIZADA
NÃO, DADO NUNCA TER CONHECIMENTO DE AÇÃO COM TAL OBJETIVO

33-O que a sigla SEMA representa para você?

34-Segundo sua avaliação pessoal, os órgãos ambientais (federal, estadual e municipal) vêm atuando (fiscalização, medição da poluição educação ambiental etc.) de forma efetiva no município onde você reside?
SIM
PARCIALMENTE
NÃO
NÃO ACOMPANHO ESTE ASSUNTO

35-Segundo sua avaliação pessoal, as secretarias de educação (estadual e municipal) vêm apoiando efetivamente ações nas escolas do município onde você reside, voltadas para a discussão da temática ambiental?
SIM
PARCIALMENTE
NÃO
NÃO ACOMPANHO ESTE ASSUNTO

36-Você aceitaria dividir a Amazônia em áreas de preservação (intocáveis) e áreas de exploração comerciais?

NÃO

SIM, POR BRASILEIROS OU ESTRANGEIROS

APENAS BRASILEIROS

37-Você sabe para que serve o licenciamento ambiental?

38-Você acha que um cidadão pode impedir que uma empresa poluente seja implantada? SIM NÃO

39-Acredita que há alguma relação entre os níveis de poluição de uma região e a saúde da população no local?

SIM NÃO

40-Na sua opinião, as empresas do município onde você reside vêm apoiando iniciativas relacionadas com a temática ambiental? SIM NÃO PARCIALMENTE

41-No seu ponto de vista, a mídia (jornais, TV, rádios, internet) dedica a atenção devida aos assuntos ligados à temática ambiental? SIM NÃO

42-Quando você pensa na palavra "indústria", que palavra vem primeiro à sua cabeça?

43-Uma empresa geradora de resíduos deve ser a responsável pela eliminação do mesmo ou esta ação deve ser responsabilidade do Governo?

EMPRESA

GOVERNO

OS DOIS

44-Ao adquirir produtos no mercado, o que orienta sua compra?

45-Você considera a qualidade de vida (ponto de vista ambiental) do município onde você reside como:

ÓTIMA

BOA

REGULAR

RUIM

PÉSSIMA

46-Você acha que os carros com mais de 15 anos em circulação deveriam ser taxados por poluírem mais que outros veículos mais novos? SIM NÃO

47-Você acha que a poda de árvores nas áreas públicas pode ser realizada livremente pelos cidadãos?

SIM NÃO

48-Na(s) atividade(s) que desenvolve no seu trabalho / estágio você identifica algo que poderia fazer / sugerir em termos de melhoria das condições ambientais?

SIM NÃO SIM, MAS AINDA NÃO CONSEGUI CONVENCER OS OUTROS A ADOTÁ-LA

49-Na sua casa o assunto "meio ambiente" é tratado?

SEMPRE

QUASE SEMPRE

POUCAS VEZES

NÃO ME LEMBRO

50-No seu dia-a-dia você considera que causa algum dano ao Meio Ambiente? SIM NÃO

51-Uma grande construção na área urbana deveria ter seus impactos ambientais previamente avaliados:

SIM NÃO

52-Você considera que o Governo:

NÃO INVESTE, NÃO ATUA E NÃO CUMPRE AS NORMAS AMBIENTAIS

INVESTE NO MEIO AMBIENTE, MAS AINDA CAUSA POLUIÇÃO
NÃO INVESTE EM MEIO AMBIENTE E NÃO CUMPRE AS NORMAS

53-Você acha que pode haver desenvolvimento econômico e social sem efeitos / impactos sobre o Meio Ambiente?
SIM

NÃO, POIS OS IMPACTOS SÃO O PREÇO A SER PAGO PELA SOCIEDADE
DESENVOLVIMENTO NÃO ESTA LIGADO A PROBLEMATICA AMBIENTAL

54-Você aceitaria um nível adicional de poluição no município onde você mora se isso assegurasse um maior número de empregos? SIM NÃO

55-Para as empresas que medem a sua própria poluição, consideras que:
OS VALORES DIVULGADOS NÃO SÃO COMPLETOS
SÓ ALGUNS DOS RESULTADOS DIVULGADOS SÃO COMPLETOS
AS EMPRESAS DIVULGAM COM TRANSPARENCIA TODOS OS RESULTADOS
APENAS O GOVERNO DEVERIA DESENVOLVER ATIVIDADE DE MEDIÇÃO

56-Onde você considera que deveriam ser aplicados os recursos decorrentes da venda dos materiais obtidos em uma coleta seletiva de lixo?

NO PRÓPRIO MUNICÍPIO QUE PRODUZIO O LIXO
NOS BAIRROS MAIS CARENTES DO MUNICÍPIO
REVERTIDOS PARA O GOVERNO PARA SER APLICADO EM ATIVIDADES AMBIENTAIS
ENTREGUE A ONGs AMBIENTALISTA QUE ATUAM NO MUNICÍPIO

57-Você pagaria mais por um produto que causasse menos danos ao meio ambiente? SIM NÃO

58-Você acha que os transgênicos / organismo geneticamente modificados interferem no meio ambiente como um todo, além de causar mal à saúde? SIM NÃO

59-Das condutas abaixo, quais você considera crime ambiental.

DESTRUIR BEM PROTEGIDO POR LEI
CAUSAR DANO AO MUSEU, BIBLIOTECA OU SIMILAR
PROMOVER CONSTRUÇÃO EM SOLO NÃO EDIFICAVEL OU EM SEU ENTORNO
MODIFICAR, DANIFICAR OU DESTRUIR NINHO OU ABRIGO NATURAL
ALTERAR ASPECTO OU ESTRUTURA DE EDIFICAÇÃO OU LOCAL PROTEGIDO POR LEI
PRATICAR MAUS TRATOS OU FERIR ANIMAIS SILVESTRES, DOMÉSTICOS OU DOMESTICADOS
ACREDITO QUE ESTAS CONDUTAS NÃO SEJAM CRIMES AMBIENTAIS
ESSAS CONDUTAS / AÇÕES NÃO SÃO CRIMES

60-Você pode recorrer ao Ministério Público para resolver problemas ambientais? SIM NÃO